

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.582 - SC (2019/0377245-9)**

**RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : OSVALDO JOSE VIDAL**  
**AGRAVANTE : LUANA BRÍGIDO VIDAL**  
**ADVOGADO : LUIZ GONZAGA DA CUNHA - SC007386**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : CRISTIANO DE AMARANTE E OUTRO(S) - SC019009**  
**LUIZ CARLOS VERDIERI JUNIOR - SC013061**  
**INTERES. : COMÉRCIO DE CARNES E TRANSPORTES VIDAL LTDA**  
**INTERES. : JUCÉLIA BRIGIDO VIDAL**  
**INTERES. : MARIA BERNARDETE MADALONE VIDAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por OSVALDO JOSE VIDAL contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 283/STF, razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF, Súmula 7/STJ, ausência de indicação dos acórdãos paradigmas para ilustrar a divergência - Súmula 284/STF e divergência não comprovada - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 7/STJ, ausência de indicação dos acórdãos paradigmas para ilustrar a divergência - Súmula 284/STF e divergência não comprovada - Súmula 284/STF.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido, vejamos ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente